

ATA Nº2 – Segunda sessão ordinária da Assembleia Municipal de Montalegre, realizada no dia 20 de abril de 2012

No dia vinte de abril do ano de dois mil e doze, pelas catorze horas, nesta vila de Montalegre, no salão nobre dos paços do Município, realizou-se a segunda sessão ordinária da Assembleia Municipal de Montalegre, com a seguinte ordem de trabalhos:

1 – Discussão e votação da ata da 1ª sessão ordinária realizada no passado dia 17 de fevereiro de 2012;

2 – Expediente para conhecimento;

3 – Período Antes da Ordem do Dia;

4 – Período da Ordem do Dia:

4.1 – Apreciação da informação escrita do senhor Presidente da Câmara Municipal, acerca da atividade do município, bem como da respetiva situação financeira, nos termos do disposto na alínea e), do n.º 1, do artigo 53.º, e n.º 4, do artigo 68.º, ambos da Lei 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro;

4.2- Apreciação e votação dos documentos de prestação de contas do exercício económico de 2011 / mapas de prestação de contas e relatório de gestão.

4.3 – Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro / Relatório e Contas relativo ao ano económico de 2011.

4.4 - Proposta de Alteração ao Regulamento do Conselho Municipal de Juventude, de acordo com a Lei nº 6/2012 de 10 de Fevereiro;

4.5 - Designação de um membro da Assembleia Municipal de cada partido, de acordo com o estabelecido na alínea b) do artigo 4º da Lei nº 6/2012 de 10 de Fevereiro.

5 – Período após a Ordem do Dia.

Efectuou-se o registo das presenças, tendo-se verificado que estavam presentes 58 (cinquenta e oito) membros. Não compareceram à chamada os

deputados Fernando Calvão, Luís Carril, Guilhermina Costa, Sandra Carvalho, Domingos Lopes, Rui Alves, José Costa, Francisco Surreira, António Cascais, José Ferrage, Alexandre Antunes, António Dias e João Santos.

No prazo legal, justificaram as faltas à sessão anterior os deputados Fernando Calvão, Luís Carril, Sandra Pereira, Guilhermina Costa, Carla Rodrigues, Rui Alves, João Surreira, Sónia Fernandes, Pedro Giesteira, Ricardo Moura e António Dias.

Não justificaram as faltas à sessão anterior os deputados Sandra Carvalho e Márcio Azevedo.

Além do senhor Presidente da Câmara Municipal, Fernando José Gomes Rodrigues, estiveram presentes os vereadores Manuel Orlando Fernandes Alves, Maria de Fátima Pereira Fernandes Alves, António Gonçalves Araújo, Paulo Jorge Miranda da Cruz, Adelino Augusto Santos Bernardo e Duarte José Crespo Gonçalves.

Registando-se quórum, o senhor Presidente da Assembleia declarou aberta a sessão.

O senhor Presidente da Assembleia Municipal propôs ao órgão, ao abrigo do disposto no artigo 83.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, alterada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, a introdução dos assuntos identificados em título.

Deliberação: Aprovada, por unanimidade, a introdução destes assuntos na ordem de trabalhos desta reunião, sendo os mesmos objeto de apreciação, discussão e votação no período da ordem do dia.

O Senhor Presidente da Assembleia verificou a legitimidade e identidade da cidadã Sandra Manuela Gonçalves Pereira, que se encontrava presente, e, após ter prestado juramento, declarou-a investida nas funções de deputada da Assembleia Municipal de Montalegre, eleita pelo partido Socialista nas últimas eleições autárquicas.

1 – Discussão e votação da ata da 1ª sessão ordinária realizada no passado dia 17 de fevereiro de 2012;

A ata da sessão ordinária do dia 17 de fevereiro de 2012 foi posta à consideração, não tendo havido qualquer reparo.

Posta a votação, a ata foi aprovada por maioria com duas abstenções.

2 – Expediente para conhecimento.

O senhor Presidente da Assembleia deu conhecimento do expediente recebido.

A Assembleia tomou conhecimento.

3 – Período Antes da Ordem do Dia

Inscreveram-se para intervir os deputados Domingos Vasconcelos, João Soares, Manuel Ramos, Fátima Crespo, José Carvalho, Ana Isabel Dias, José Acácio Moura, Paulo Barroso e Pedro Giesteira.

O deputado Domingos Vasconcelos lembrou que, na última sessão da Assembleia Municipal, o Senhor Presidente da Câmara disse que estava à espera de uma audiência por causa do posto da Guarda Nacional Republicana da Venda Nova. Perguntou se essa audiência já foi realizada pois esse posto é muito importante para o Baixo Barroso. A criminalidade está a aumentar e a população é idosa e muito frágil.

Pediu ainda que o sistema de agendamento das reuniões da Assembleia seja alterado pois, sendo ao dia de semana, os membros da bancada social democrata não podem estar presentes.

O deputado João Soares entregou o seguinte documento à Mesa: “Na última Assembleia, em 17 de Fevereiro, vim aqui manifestar o meu agrado pela forma empenhada e aguerrida como o Presidente da Câmara estava a bater-se na luta, arrastada há 15 anos, com a EDP, visando o aumento da comparticipação das rendas das barragens localizadas no nosso concelho.

Dias depois, a 27 de Fevereiro, tomámos conhecimento da assinatura do acordo com a EDP, reconhecendo esta que o DL 424/8 estava ultrapassado e novas regras ficaram consignadas, mais consentâneas com os princípios de justiça subjacentes a esta luta.

Considero, pois, histórica esta data para todos os Barrosões.

Mais: isto é fruto de muito trabalho por parte da Câmara Municipal de Montalegre, nomeadamente do senhor presidente, Fernando Rodrigues, que ao cabo de 15 anos de luta, insistência e persistência, consegue este resultado. De facto é a hora de reconhecer o mérito deste trabalho, desta luta, que tem sucesso porque por detrás tem um homem dedicado às causas, não desiste, é um ganhador e o sucesso dele é também o sucesso do concelho. Por isso acho que é a hora de felicitar o presidente da câmara, brindar a este sucesso, porque ele garante o futuro do concelho. Garante na medida em que há um sentido de justiça que aqui se faz e isto dá uma boa imagem à tenacidade com que a Câmara enfrenta os problemas, porque não é fácil o David lutar contra Golias, mas a verdade é que quando se tem uma gestão desta envergadura à frente de uma Câmara Municipal, acho que todos nós, barrosões, nos devemos sentir

honrados e estar agradecidos a este empenho e resultado. Assinado, o deputado João Soares.”

O deputado Manuel Ramos entregou o seguinte documento à Mesa: “Sr. Presidente, tenho verificado que o Município de Montalegre dá-se muito mal com estatísticas, quer as emanadas pelos Censos 2011, quer pelo INE, quer pela CCDR-N. A última, elaborada pelos técnicos oficiais de contas e publicada no Anuário dos Municípios Portugueses, é relativa à eficiência financeira das câmaras e aborda igualmente a dinâmica da atividade económica e o valor das receitas municipais (próprias e transferências do Estado) entre os anos 2008 e 2010.

No ranking geral dos municípios, o de Montalegre surge no 31.º pior lugar (e 14.º pior na perda de receitas por habitante), com uma perda de 11,5 milhões em receitas, ao passo que Boticas, aqui ao lado, surge entre os melhores: no 43.º lugar entre os 308 municípios (e 22.º melhor entre os municípios de pequena dimensão). Sr. Presidente, para fazer melhor, é preciso refletir nestes maus resultados e indagar qual a causa da perda da atividade económica em Montalegre.

Uma segunda questão relativa ao protocolo com a EDP. Não era para falar dele, mas vi e ouvi tanto “gabanço” que vou abordá-lo. Acerca dele, Sr. Presidente, foi facilmente provado pelo Prof. Carvalho de Moura que o seu papel não teve a importância que afirma ter e outros membros desta Assembleia afirmaram que teve. Só que “água-benta e presunção cada um toma a que quer” e, no caso concreto, foi tomada de mais; e a água-benta do círculo de amigos foi “tanta, que afogou o santo”.

Os argumentos são vários: em primeiro lugar, o acordo foi negociado pela Associação Nacional de Municípios (secção Municípios com Barragens) e não pelo Município de Montalegre; em segundo lugar, foi assinado em Miranda do Douro (barragem do Picote) e não em Montalegre; em terceiro lugar, a secção Municípios com Barragens, que negociou o acordo, é presidida pelo autarca de Vila Pouca e não pelo de Montalegre; em quarto lugar, não pode ser considerada uma vitória pessoal, pois o seu papel foi o normal para um qualquer presidente que nesta altura exerce funções executivas. Vitória pessoal teve o Dr. João Canedo, que em 1966 ganhou em tribunal a questão contra a HICA interposta por si.

Se a isso acrescentarmos que pode ter sido negociado com a EDP um acordo “transitório”, portanto, válido somente por um período limitado de tempo, o qual terminará quando a EDP quiser, procede que devia ter sido tomada por esta Câmara mais moderação, prudência e discricção. Assinado, o deputado Manuel Ramos”.

A deputada Fátima Crespo entregou o seguinte documento à Mesa: “Queria começar por dar os parabéns à Câmara Municipal e ao Ecomuseu de Barroso pela assinatura do protocolo de cooperação entre o Turismo do Douro e o Ecomuseu de Barroso, os quais assumem a responsabilidade conjunta de promover iniciativas turísticas e culturais no Douro e no Barroso. São estas

iniciativas que engrandecem quem as toma e que se traduzirão, de certeza absoluta, numa grande mais valia para os Barrosões e Durienses.

Correndo o risco de me tornar repetitiva vou voltar a falar da Sexta 13, a segunda das três a festejar no ano de 2012. Como todos sabemos, cada evento realizado com sucesso responsabiliza a organização para fazer cada vez melhor. Conscientes disso, a Câmara Municipal e o Ecomuseu continua a surpreender. Vale a pena referir a promoção do evento desde logo no curso carnavalesco em Xinzo de Limia., na comunicação social, regional, nacional e internacional. A presença na Praça da Alegria do Sr. Presidente da Câmara com o Padre Fontes e daqueles que os acompanharam, remete-nos, mais uma vez, para a excelente relação que o município mantém com as televisões.

Os dias que precederam a festa foram marcados pela azáfama dos preparativos (sempre a cargo das equipas da câmara), pelo empenho da restauração na arte de bem receber, quer no que diz respeito à gastronomia, quer na decoração dos espaços, criando o ambiente desejável ao bem estar dos visitantes.

De referir e parabenizar o bom gosto, a todos os níveis, com que a sala do multiusos brindou os convidados.

Mas a criatividade da organização na preparação desta Sexta 13 foi mais longe. Desde logo o lançamento no facebook de um passatempo relacionado com a Sexta-feira 13, a atracção dos estudantes universitários que tanto contribuíram para abrilhantar a festa, a feira do esconjuro, etc.

Não obstante o mau tempo, azar para uns, sorte para outros, era visível em todos os rostos, caracterizados a rigor, a alegria e a boa disposição de quem está a viver um momento verdadeiramente mágico. A reforçar esta ideia, os comentários e as entrevistas da Rádio Montalegre que fez uma cobertura exaustiva no contacto com toda a comunidade, recolhendo depoimentos muito positivos, de quem dá por bem empregue o tempo e o dinheiro gasto, esquecendo a crise, que teima em nos deprimir.

Pessoalmente, recolhi testemunhos de pessoas das minhas relações vindas de diferentes pontos do país, nomeadamente professores de diversas faixas etárias, que louvaram a iniciativa, elogiaram o evento e deixaram a reserva para a Sexta Feira de julho. Escusado será dizer que é muito gratificante ouvir de gente que não nos conhece tão grandes elogios.

É por tudo isto que estão de parabéns a Câmara, o Ecomuseu, o grupo de Teatro e todos aqueles que contribuíram para o sucesso desta festa, considerada o "maior espetáculo de rua de Portugal".

Mas é também por estas e por outras, por quem não gosta de engolir o sucesso das atividades levadas a cabo por este executivo, que aparecem notícias desagradáveis que só deixam ficar mal quem as publica. É lamentável que num editorial de um jornal regional se aproveite uma fotografia muito bem conseguida do edifício do Município para lhe escarrapachar em cima "Pobre Concelho", "Montalegre mais uma vez entre os últimos do país"; "rendas da EDP Câmara defrauda expectativas", para não falar das páginas seguintes.

Nenhum cidadão menos conhecedor do município de Montalegre daria crédito ao Povo de Barroso (Jornal) se tiver em conta as notícias vindas a lume na comunicação social no que às contas em dia do Município diz respeito, bem

como à vitória alcançada com a EDP que o mesmo também tentou denegrir. E digo o "Povo de Barroso" (Jornal), porque o Povo Barrosão lhe reconhece, Sr. Presidente, a inteligência, o profissionalismo, a persistência, o dinamismo, a perspicácia e o mérito que o caracterizam e, mais ainda, o orgulho e o amor que tem dedicado à nossa terra.

Com franqueza!

Estará a direção deste jornal esgotada de imaginação ou de criatividade para oferecer aos leitores temas mais interessantes e verdadeiros?

O que é que os preocupa? Creio que todos sabemos....Assinado, a deputada Fátima Crespo."

O deputado José Carvalho disse que é de louvar iniciativas da autarquia como o apoio à sanidade animal, a feira do fumeiro e a Sexta 13. Mas isso só não chega. Nos restantes dias do ano só se vêem idosos pelas aldeias. Precisamos de jovens.

Propôs que a Câmara apoie os jovens que se queiram instalar no concelho pois muitos deles até têm medo de arcar com tantos encargos que acarreta a abertura de uma empresa.

A deputada Ana Isabel Dias entregou o seguinte documento à Mesa: "Exmos. Srs. Presidente da Assembleia Municipal e da Câmara Municipal de Montalegre, ilustres membros do Executivo Municipal, caros colegas e demais presentes: Quero neste momento inicial dos trabalhos referir-me ao feliz desfecho que se obteve com a assinatura do protocolo de pagamento das rendas relativas às barragens pois é um enorme êxito para o concelho de Montalegre e em especial para o Executivo Municipal e para o Sr. Presidente, o professor Fernando Rodrigues, que travou esta luta durante 15 anos.

A verdade é que durante todo o tempo que esta luta durou quase ninguém acreditou nesta causa e quase ninguém acreditava que uma Câmara tão pequena se conseguisse impor aos diferentes Governos, à EDP, a grandes grupos e ainda maiores interesses!

Mas os argumentos que foram sendo utilizados e negociados eram válidos e muito sólidos.

E por isso, contrariando uns certos "profetas da desgraça" que, por não terem conseguido desfecho favorável nesta situação, sempre anunciavam que este assunto nunca teria solução fácil nem favorável. Mas, no passado dia 29 de Fevereiro foram desmentidos e o que acabou por não ter o desfecho desejado foi a sua profecia.

Mas caiu também a minha dúvida e surgiu a resposta à questão que aqui coloquei na última Assembleia Municipal.

Agora entendo a reserva do Senhor Presidente que, de forma hábil e muito responsável, manteve a seriedade e honrou o compromisso que estabeleceu com as partes envolvidas.

Outros no seu lugar teriam imediatamente chamado a vaidade para se vangloriarem sem olhar a meios ou consequências.

Mas o senhor soube esperar e ser correto e dar apenas a notícia quando o acordo foi selado.

Entendo agora também porque é que o acordo foi selado: foi sem dúvida pela justiça, pelos argumentos e sobretudo por sermos o concelho que mais energia hídrica produz no país e que mais obras de aumento de potência está a levar a cabo com os túneis entre albufeiras!

Mas, estou certa, este desfecho feliz deve-se também à habilidade política do nosso Presidente que nunca cedeu à pressão, que soube honrar a sua condição de Barrosão e que, com trabalho metódico, com conhecimento de causa e com muita paixão nunca deixou morrer esta causa!

Foi de facto mediática esta negociação e isso exigiu também que o Senhor fosse mediático... mas guardou reserva e soube guardá-la até à hora de comunicar à sua gente o final feliz que é fruto do seu trabalho.

E foi esta forma de Saber e Saber- estar que, apesar das críticas que muitas vezes lhe dirigiam, fizeram render os altos quadros da EDP e reconhecer-lhe o respeito com que hoje o abordam, levando-os a tecer largos elogios à sua colaboração empenhada.

E temos agora uma decisão que é das mais importantes para o futuro do nosso Concelho e que influenciará diretamente a qualidade de vida de todos quantos aqui vivemos e naturalmente também de quem nos visita.

Este desfecho permitirá Sonhar mais alto e "Fazer" ainda com mais qualidade.

É um desfecho histórico para a nossa terra, pois não é uma receita esporádica ou transitória que está em causa.

É um direito que nos era negado e que foi agora conquistado!

É a esperança e certeza no reforço das receitas financeiras permanentes e no que isso significa para o desenvolvimento da região e para o bem-estar da nossa gente.

Mas esta batalha aqui iniciada e que de forma muito responsável o nosso presidente travou, não trouxe apenas desfecho feliz para a nossa terra.

Esta foi uma batalha de âmbito nacional, tornou-se numa questão de responsabilidade social e fez ponderar muito bem o argumento de justiça regional acerca da participação das regiões para a riqueza nacional.

E por isso, decorrente desta luta, hoje são 80 os municípios que vêm a sua situação debatida, posta em cima da mesa e que podem ter esperança na resolução.

O exemplo de Montalegre dá-lhes ânimo para continuar e serve de modelo para reivindicar.

Senhor Presidente: hoje dirijo-me a si e à sua equipa para lhe demonstrar o maior reconhecimento ao trabalho que desenvolvem e neste caso de excepcional importância dirijo-lhe mesmo um muito obrigada, porque a sua persistência, teimosia, paciência trouxe a este Concelho uma receita que vai afetar a minha vida. A vida de todos os que aqui vivem!

Fica aqui registado (e vivido) um exemplo muito positivo, muito relevante para demonstrar como as negociações ponderadas e decisões políticas responsáveis interferem no desenvolvimento regional e na qualidade de vida das pessoas.

Termino dando-lhe conta que sabemos que possivelmente houve alturas em que se sentiu sozinho nesta luta, mas não desanimou nem desistiu e por isso reconhecemos o esforço, a dedicação e a coragem que depositou nesta luta para hoje nos oferecer a possibilidade de partilhar a alegria desse grande sucesso. Obrigada. Assinado, a deputada Ana Isabel Dias.

O deputado José Acácio Moura disse que a Sexta 13 foi a maior enchente de sempre. É uma razão mais que suficiente para que se continue a apostar neste evento.

Falou da Queima dos Judas e disse que é um filão que está por aproveitar. É uma altura em que está muita gente de férias e as agências de viagem vendem esse produto, mas quando os visitantes assistem ao espetáculo, ficam desapontados. A Câmara tem que fazer alguma coisa para alterar essa situação. Deve começar por alterar os estatutos, os horários e a punir a utilização de bombas. Disse que o cortejo é muito pobre e sem animação nenhuma. O grupo do CEB podia ajudar na animação e talvez a colocação de uma música de fundo.

Devia ser reativado os primeiros e segundos prémios para que as pessoas se dediquem mais à ornamentação do Judas, pois há casos que dá a sensação que só participam para receber o dinheiro.

O deputado Paulo Barroso falou da Televisão Digital Terrestre e da reunião que se realizou no Salão Nobre dos paços do Concelho. Disse que na referida reunião estava previsto estar presente um representante da ANACOM e outro da DECO. Lamentavelmente só apareceu o representante da DECO o qual se comprometeu a fazer os possíveis para conseguir com que o concelho de Montalegre tenha sinal digital sem que as pessoas tenham que assumir despesa.

Disse que a última Sexta 13, embora o tempo não ajudasse, teve uma das maiores enchentes de sempre.

Ficou chocado com o deputado Manuel Ramos pois um deputado que está na assembleia há já algum tempo e nunca apresentou nenhuma proposta nem nunca deu o seu contributo para o bem do concelho e vem apresentar um discurso como um verdadeiro profeta da desgraça.

O deputado Pedro Giesteira agradeceu ao Ecomuseu e à Câmara pelo apoio dado à freguesia de Cabril para a organização do cortejo de carnaval.

Felicitou o senhor Presidente da Câmara pelo êxito que teve na batalha com a EDP e pediu que todo o concelho seja beneficiado aquando da chegada do dinheiro.

Felicitou a intervenção do deputado José Carvalho pois acha que é apresentando propostas e a remar todos para o mesmo lado que um concelho tão pequeno consegue ter alguma voz. Não é a sermos profetas da desgraça que conseguimos atingir os nossos objetivos.

Disse que tem orgulho de ser barrosão e de ver a quantidade e a qualidade dos eventos que aqui se realizam. Parabéns à autarquia.

Falou da instalação da rede da fibra óptica no concelho de Montalegre e disse que se trata de um projecto estruturante que vai permitir comunicações mais eficazes. Vamos ter auto estradas da comunicação em Montalegre.

O Senhor Presidente da Câmara falou do 25 de Abril, lembrando essa data como uma das mais importantes para os portugueses.

Sobre o posto da GNR da Venda Nova, disse que a audiência ainda não foi marcada, mas espera que o Governo cumpra com o que prometeu e que respeite o compromisso que vinha do anterior executivo socialista. Acredita que vai haver uma boa solução e que os posto se irá manter aberto.

Sobre o "fajardo" referido pelo deputado João Soares, disse que este senhor está a acabar com o país, está a desgraçar os mais pobres e a entregá-los ao Deus dará.

Sobre a intervenção do deputado Manuel Ramos disse que é tão caricato o que referiu que já não espera que alguma vez tenha a noção da realidade. Trata-se da declaração mais ridícula e anedótica que alguma vez foi proferida nesta assembleia municipal.

Inscreveram-se para segunda intervenção os deputados Manuel Ramos, José Carvalho e Paulo Barroso.

O deputado Manuel Ramos entregou o seguinte documento à Mesa: "Já que atacaram o jornal O Povo de Barroso, cabe-me dizer algumas palavras em defesa dele. Os senhores sentem-se muito incomodados com o nosso Jornal. Ainda bem, pois significa que está a cumprir o seu papel político que é incomodar. Além de incomodar, também apresenta gratuitamente a atividade da Câmara e discute o desenvolvimento de Montalegre, sem que a Câmara pague alguma coisa por isso. O Jornal não deve nada à Câmara, dela nunca recebeu um cêntimo, não quer receber, nem precisa. Privilegia a independência económica e noticiosa. E já que são leitores assíduos e apaixonados de "O Povo de Barroso", então, na qualidade de diretor, agradeço o facto: «Obrigado, leitores socialistas. Assinado, o deputado Manuel Ramos".

O deputado José Carvalho disse que não criticou os eventos, antes pelo contrário. Disse que esses eventos trazem muita gente a Montalegre durante esses dias, mas o resto do ano e do concelho ficam sem ninguém. As aldeias precisam de vida.

O deputado Paulo Barroso mostrou-se chocado com a intervenção do deputado Manuel Ramos dizendo que não se tinha referido sequer ao jornal em causa e tinha sido ofendido; primeiro, porque o deputado referiu-se a ele como Pedro quando ele é Paulo; segundo, porque afirmou que ele não sabia ler. O que tinha a responder a esta afirmação é que até podia não saber ler, mas tinha sido eleito durante mandatos consecutivos, desempenhando sempre as suas funções com o maior rigor. Finalizou, dizendo que não admitia a este deputado

que se referisse à sua pessoa pois estavam ali para resolver os problemas das populações e não para tratar de questões pessoais.

O Senhor Presidente da Câmara disse que o jornal "Povo de Barroso" é uma folheta partidária e que não tem eco nenhum. Nem o PSD acredita no que escreve como vão acreditar os outros?

Disse que toda a gente sabia que o deputado Manuel Ramos era um mau autarca, mas hoje viu-se que é um mau homem e uma má pessoa. Enquanto o PSD tiver dirigentes destes, bem está o PS.

Disse que é injusto dizer que a Sexta 13 é só para Montalegre. Não é verdade. Este evento tem uma dimensão muito grande. Toda a hotelaria do concelho estava cheia.

4 – Período da Ordem do Dia

4.1 – Apreciação da informação escrita do senhor Presidente da Câmara Municipal, acerca da atividade do município, bem como da respetiva situação financeira, nos termos do disposto na alínea e), do n.º 1, do artigo 53.º, e n.º 4, do artigo 68.º, ambos da Lei 169/99, de 18 de setembro, com as alterações introduzidas pela Lei 5-A/2002, de 11 de janeiro.

O senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Inscreveu-se para intervir o deputado Pedro Barroso.

O deputado Pedro Barroso entregou o seguinte documento à Mesa: "Exmo. Senhor Presidente da Assembleia, Exmo. Senhor Presidente da Câmara, Exmo. Senhores Vereadores, Senhores Deputados: estamos constantemente a assistir a intervenções, vindas da bancada da maioria, que cheiram a despedida e, até, já a uma certa nostalgia. No entanto, em vez de estarmos aqui, constantemente, a discutir os méritos e deméritos do nosso Presidente, acho se devia gastar a energia a apresentar propostas para que o presente e futuro do nosso concelho tenha mais qualidade e pessoas pois, sejamos sinceros, e o números e estatísticas nacionais são indiscutivelmente severos, temos que fazer muito mais.

Não nos devemos esgotar com o que se faz bem, como a sexta-feira 13, apesar de, mesmo essa, se poder aperfeiçoar, e é claro que a Câmara também está atenta a isso. Por exemplo, e como sugestão/questão, pergunto o que já está a ser feito para que os produtos que se consomem na sexta-feira 13 (bem como na feira do fumeiro), sejam realmente produzidos localmente. Pelo menos aqueles que o nosso concelho tiver potencialidade para os produzir, como a batata, a carne, etc. Aproveito para ainda para perguntar se a Câmara achou positiva a experiência da cedência de dormidas a 2 euros, se teve que comprar ou alugar 200 colchões? Também questiono a oportunidade do megajantar no

multiusos (que vem no site do Município a dizer que foi oferecido pela Câmara) e qual foi o critério da escolha dos convidados?

Em relação ao que o Presidente afirmou sobre o atraso de vários investimentos e obras no concelho, penso que, este Inverno, o tempo é uma má desculpa.

Quanto à questão dos incêndios (que não há dúvida que tem sido uma tragédia constante no nosso concelho), custa-me ouvir os argumentos do Município quando não se vê nenhuma verba especificamente cabimentada para a ajuda à limpeza dos caminhos florestais. Sei que tem apoiado alguns grupos de sapadores nas zonas do Parque, mas parece-me insuficiente. Inclusivamente sei que a minha Junta de Freguesia (Meixedo) fez um ofício ao Município no sentido de este apoiar a limpeza dos caminhos das florestas da freguesia, com a cedência de uma máquina, e que não obteve qualquer resposta dos serviços competentes. Assinado, o deputado Pedro Barroso.”

O Senhor Presidente da Câmara disse que a Sexta 13 é para todas as faixas etárias, mas há uma aposta grande na juventude. Este evento deve-se ao Padre Fontes. Mas é preciso lembrar que o PSD fartou-se de criticar e ridicularizar a iniciativa quando a Câmara tomou o assunto em mãos. Mas, teimou e hoje tem a projeção que tem a nível nacional, contra a vontade do PSD.

A feira do Fumeiro é específica e limitativa só ao fumeiro e aos produtos locais. São regras e estas têm que ser cumpridas, para que continue a ser um certame com sucesso garantido.

A Assembleia tomou conhecimento.

4.2- Apreciação e votação dos documentos de prestação de contas do exercício económico de 2011 / mapas de prestação de contas e relatório de gestão.

O Senhor Presidente da Câmara, sobre as rendas da EDP disse que a produção hidroelétrica é um fator de desenvolvimento económico e indispensável para que o país se liberte da dependência do petróleo. Ajuda a economia e as finanças públicas porque deixamos de pagar ao estrangeiro aquilo que consumimos.

De tal maneira isso é importante que o Governo anterior, e bem, lançou uma série de concursos para novas barragens para aproveitarmos melhor os nossos recursos, para aumentarmos a produção de energias renováveis, protegendo também o ambiente.

Estes novos concursos consagram a obrigação destes investimentos “contribuírem para o desenvolvimento sócio- económico da região onde se vão desenvolver”. Nada mais justo. Isso permite medidas de compensação e contrapartidas traduzidas em investimentos e infra-estruturas que atenuem os impactos negativos das barragens e que contribuam para o desenvolvimento da região. E, em praticamente todas as barragens, para além destas medidas, foi

negociada uma renda para os municípios que, nalguns casos, é superior a 2,5% da produção.

Ora, se o Governo exige estas medidas dos concessionários das novas barragens, dando às regiões o direito de participarem na riqueza que se produz para o país, será de elementar justiça que o mesmo princípio se aplique no caso das barragens já construídas que, na sua maioria, funcionam há dezenas de anos, que já têm os investimentos amortizados e que já viram a sua concessão renovada com encaixes de volumosas receitas recentes para os cofres do Estado.

Os municípios com barragens, quase todos do interior, empobreceram desde a sua construção, entre outras, pelas seguintes razões: em muitos casos, os melhores vales agrícolas foram inundados e perdidos; a produção agrícola e pecuária foi reduzida nessas regiões e deixou de se aproveitar muito recurso florestal e recursos naturais como, por exemplo, a exploração de granitos; os municípios deixaram de receber IMI dos terrenos inundados; da mesma forma, deixaram de receber IMT porque os terrenos mortos, porque estavam inundados, deixaram de ser comercializados ou transmitidos; as regiões sofreram perdas ambientais e verificaram-se alterações ao clima com o aparecimento frequente de nevoeiros, prejudicando também culturas tradicionais da zona envolvente; os lençóis de água criados, apesar do grande impacto inicial, fazem hoje parte da paisagem, nalguns casos mesmo da beleza até, mas, como se pode confirmar, são raros os aproveitamentos turísticos; as populações viram-se privadas de acessibilidades existentes e, em muitos casos, ainda hoje se vive o trauma das aldeias submersas e da usurpação de baldios à boa maneira salazarista;

Para além de tudo isto, muitas barragens estão agora a ter aproveitamentos para aumento de potência e para bombagem de noite para produzir mais energia nas horas de ponta, levando este processo à retenção da água, o que vai implicar, inevitavelmente, a alteração da sua qualidade;

Esta nova modalidade de aproveitamento vai causar bruscas descidas e subidas do nível das águas das albufeiras, provocando impacto visual e ambiental das zonas mortas e dificultando o aproveitamento para desportos ou para o turismo, também por razões de segurança;

Recentemente, a lei do regime da proteção das albufeiras e águas públicas cria impedimentos ao uso agrícola dos solos na área dos 100m do nível máximo e impõe grandes restrições ou impedimento mesmo a iniciativas urbanísticas nos 1000m, causando graves prejuízos aos proprietários e, com isso, à região.

Em Montalegre produz-se entre 100 e 150 milhões de euros de energia por ano com as barragens, mas o concelho continua pobre e está entre os que têm menor poder de compra, apesar de participar no PIB nacional com a percentagem da média da região. E não recebe impostos, nem tem emprego. Isto é, produz riqueza e não fica cá nada.

Se em vez da produção de energia tivéssemos outro tipo de indústria que facturasse esses valores, teríamos riqueza e emprego e seríamos um concelho desenvolvido.

Assim, 1º os municípios com barragem sofreram grandes prejuízos desde a sua construção; 2º os municípios com barragens já antigas estão a ser discriminados tendo em conta as contrapartidas, compensações e rendas acordadas com as novas barragens; 3º não se entende também porque é que a lei que define uma renda de 2,5% para as eólicas não foi seguida para as barragens, tendo estas mais prejuízos e impactos bem mais negativos, quer ambientais, quer económicos;

Foi com base nestes e noutros argumentos que a Câmara de Montalegre, há mais de 15 anos, lançou um trabalho junto do Governo e da opinião pública para se corrigir essa injustiça.

Esse trabalho teve altos e baixos.

Teve aliados e opositores. Teve concordâncias e discordâncias. Teve algumas promessas, sobretudo em maré eleitoral. Muitos desanimaram-me, mas muitos davam-me alento e força para continuar. Umas vezes sozinho, outras, mal acompanhado, lá fomos construindo o caminho.

Como ouvi dizer, na última Assembleia Municipal, numa intervenção da Drª Ana Isabel Dias, que o Dr. João Soares secundou, referindo, e bem, a sua qualidade e oportunidade, - "muita gente não acredita que uma Câmara pequena consiga impor-se à EDP e, portanto, não valia a pena, essa "luta", até porque os centralistas de Lisboa a combatiam porque acham que o dinheiro para o interior é para desperdiçar."

Mas nós sabíamos que a batalha era justa e que qualquer mudança só se faria com muito trabalho e com muita teimosia.

Não tínhamos nada a perder.

Mas fizemos muitas viagens em vão.

Roubamos muito tempo que fazia falta para outras coisas. Fizemos estudos e pagamos pareceres. Gastamos dinheiro.

Durante 15 anos aconteceu de tudo um pouco. Quase deixei de ser da terra das batatas para ser - "o das barragens".

Colocava o discurso na política, na vida partidária, nos fóruns autárquicos. Foram vários os PM's que prometeram e foi mais que um os que me enganaram. Mas depois de uma derrota, levantava-me outra vez.

Não tenho dúvidas que foi a nossa insistência que fez pedagogia, que permitiu a muitos autarcas compreenderem melhor a injustiça que se estava a praticar sobre os seus concelhos e foi a nossa persistência que levou a EDP a ter de tratar o assunto com outro cuidado e a abrir a porta a uma solução, tornando-se mesmo, a partir de determinada altura, como nossos aliados.

E é nessa fase que compreendi que estávamos perto de ter um resultado. Então a ANMP assume completamente o processo, embora eu continuasse empenhado na direcção da secção dos municípios com barragens.

A teia já estava montada. Já reuníamos 80 presidentes de Câmara, já havia muita gente a falar. E já todos acreditavam.

E chegamos ao dia 27 de Fevereiro de 2012. Na barragem do Picote em Miranda, assinou-se o compromisso. A EDP reconhece que o DL 424/83 que estabelece as rendas dos centros eletroprodutores está ultrapassado.

Um dia bom para Montalegre!

Um dia que fica na história pelo impacto que esta decisão implica para a sustentabilidade das finanças do município e para o desenvolvimento do concelho e o bem estar da sua gente.

É o precedente que se cria e o reconhecimento do princípio sagrado de que as regiões devem participar na riqueza que dão ao país.

Como em todos os acordos, há sempre uma parte que quer mais, outra que quer menos. Mas é o acordo. Fica muito aquém do que era justo. Mas está feito. É tarde, mas vale mais tarde do que nunca.

E para os tempos que correm, em que os municípios vêm todos os dias as suas receitas a cair, não está mal. - Temos uma a crescer. E bem. E com os aumentos de potência que decorrem nas nossas barragens, e com o que se irá fazer em Paradela, irá crescer ainda mais.

As receitas próprias do município, com base no IMI, IMT, Derrama, Imposto Automóvel, venda de água, tarifas, resíduos e saneamento vão agora ter mais uma parcela responsável por um aumento de 20 a 30%. E de forma duradoura. E mais, sem onerar os contribuintes. Recebíamos cerca de 70 mil euros e vamos receber agora cerca de 700 mil.

Somos o concelho que recebe o maior valor das 80 câmaras com barragens. É pouco, mas temos um aumento de cerca de 700%.

Os critérios de distribuição privilegiam a área inundada e a energia produzida.

Não são beneficiadas por este acordo aqueles municípios abrangidos por barragens novas e onde já se tinha criado um fundo que recebe entre 2 e 3% da produção de energia.

E este valor, que a EDP aceitou voluntariamente pagar, sai dos seus lucros e não afeta a fatura dos consumidores.

Para se conseguir dar legalidade a esta disponibilidade da EDP, celebrou-se um protocolo que estabelece uma espécie de réplica do sistema de fundos que se criou noutras barragens novas. Mas mais prático. Enquanto que nos outros manda o Ambiente, neste manda a EDP e as Câmaras, através da ANMP.

Mas define-se aí que o dinheiro é canalizado para financiar projectos e, prioritariamente, para "iniciativas concretas relacionadas com sustentabilidade, nomeadamente projectos de natureza social, educativa, ambiental, na área da saúde ou do desenvolvimento regional."

Há mais uma vantagem neste acordo. As rendas são pagas em Abril e dizem respeito ao ano anterior. Pois daqui a pouco tempo, já vamos receber e pelas novas regras porque a EDP concordou pagar já 2011 por esses valores.

Minhas Senhoras, Meus Senhores: Não nos saiu o euro milhões.

Ganhamos uma batalha. E a guerra continua. A nossa determinação em corrigir os desequilíbrios e as injustiças praticadas com o interior e o mundo rural não acabou aqui.

Um concelho que dá de IVA ao Estado cerca de 40 milhões de euros de venda de energia hídrica e eólica não pode continuar com 50% do poder de compra nacional.

Um concelho onde há meia dúzia de empresas que faturam 200 milhões de euros/ano sem pagar matéria prima devia ser um concelho rico e com emprego.

O país ficou escandalizado, e bem, por ver um senhor dos super-mercados (daqueles que enriquecem à custa do salário de 450 euros pagos aos seus trabalhadores) levar a sede da sua empresa para a Holanda para pagar lá os impostos dos lucros que gera em Portugal.

Pois nós, os Barrosões, os amigos do interior e do mundo rural, os amigos do Portugal solidário e do desenvolvimento harmonioso do país, também estamos escandalizados porque as empresas que enriquecem no interior, que têm os lucros gerados na nossa terra, também pagam impostos... não em Montalegre... mas em Lisboa.

E são estas batalhas que exigem a mesma determinação de sempre, que é preciso continuar.

E nós cá estamos para ajudar, nestas e noutras. E não tenho dúvidas que, para além do meu mandato, o meu substituto estará à altura e fará o que fez o substituto do Dr. Pires.

Mas também não nos saiu o euro milhões para pensarmos que somos ricos e começar a esbanjar dinheiro. Mantém-se o rigor e a austeridade.

Nesta altura as contas da Câmara estão em ordem e referem um depósito bancário e outros créditos que rondam os 3 milhões de euros. E não devemos nada a mais de 60 dias, nem às Águas de Portugal, nem aos resíduos sólidos.

O que vamos receber fica aquém do que merecíamos, mas é muito bom, sobretudo em tempo de crise e vai aumentar este mealheiro.

E quero dizer-vos, com clareza, para onde vai esse dinheiro. As próximas três prestações servirão para fazer a estrada para Chaves/A24 e a de Salto a Cabeceiras/A7. São as obras mais importantes que temos para fazer. Servem para todos. É o investimento que mais impacto tem na economia e na criação de riqueza e emprego na região.

Claro que as freguesias com terrenos inundados têm a legítima expectativa de beneficiar destes fundos. Mas ao aplicar estas verbas nas obras que referi teremos outros recursos próprios disponíveis para fazer investimento, muito investimento, nessas e noutras freguesias.

Minhas Senhoras, Meus Senhores: Tínhamos um acordo com a EDP, relativamente a compensações de Venda Nova II que vai financiar projetos até 1,5 milhões de euros. Temos agora mais esta pequena gentileza da EDP. E quero, por isso, agradecer à administração da empresa. A EDP esteve sempre disponível para dialogar, mesmo quando nós criticávamos. E é pena que a EDP não continue a ter um quinhão público onde todos os portugueses se pudessem rever. Mas a empresa saberá, certamente, respeitar a sua história e manter a preocupação e a intervenção no domínio sócio- económico das regiões onde está inserida.

Quero agradecer à comunicação social. Há alguns setores que casam com os interesses ideológicos e dos grandes grupos económicos. Mas a sua maior parte cumpre escrupulosamente o seu dever. E neste caso cumpriu bem e ajudou-nos muito.

Agradecer à ANMP e ao seu Secretário-Geral, o Eng.º Artur Trindade que, com grande competência, como sempre, deu o safanão necessário para se chegar aqui.

Ao meu colega Dr. Domingos Dias, de Vila Pouca de Aguiar, que presidia à direção onde eu estava, na secção dos municípios com barragens que, apesar de ainda não ter barragens, compreendeu depressa as reservas que eu coloquei à sua construção no Alto Tâmega, que ficou também como eu um homem das barragens e que conseguiu um compromisso político partidário decisivo.

E, finalmente, dizer, com toda a franqueza, que este Governo, apesar de reduzir as verbas que a EDP estava disposta a pagar, fez o que os outros não fizeram.

Seria injusto nesta altura se eu não dissesse que continuei um trabalho iniciado com o Dr. Pires. E não vale a pena ninguém pôr-se em bicos de pés quando podia ter feito e não fez. E a nós, o que nos inspira é a história, por isso, fica aqui a minha homenagem a alguém que teve grande sucesso jurídico no país na altura e conseguiu meios importantes para a época, ganhando também aos poderosos, ao ver o tribunal dar-lhe razão na ação que interpôs contra a HICA, o Dr. João Canêdo.

Minhas Senhoras, Meus Senhores: Quero dizer-vos, finalmente, que esta é uma pequena vitória do trabalho e da continuidade. Mas continuamos a ter muitas para conquistar.

É uma vitória de todos os Barrosões, daqueles que me apoiaram, que me ajudaram e daqueles que me deram o prazer e o orgulho de, ao longo destes anos, os representar e de poder ser o “Presidente de todos os Barrosões”.

Inscreveram-se para intervir os deputados Acácio Gonçalves e Ana Isabel Dias.

O deputado Acácio Gonçalves entregou o seguinte documento à Mesa: “ Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Sr. Presidente da Câmara, Exma. Mesa, Senhores deputados, meus senhores e minhas senhoras. Acácio da Silva Gonçalves, membro do Grupo Municipal – CDS/PP exercendo as suas de fiscalização nesta Assembleia Municipal vem fazer algumas observações à discricionariedade do executivo na gestão do exercício de 2011, não pretendendo com elas modificar seja o que for já que a prestação de contas é um trabalho essencialmente de técnicos, cuja apresentação e elaboração deste documento são dignos de louvor.

Na apreciação e votação dos documentos da conta do exercício económico de 2011 sobressaem os documentos previsionais das opções do plano e orçamento referentes ao mesmo ano sendo executados com referência às receitas de capital e correntes numa percentagem inferior a 33,95 e nas despesas correntes e de capital em 35,67, abaixo do referido plano previsto e aprovado nesta Assembleia; assim, pode-se concluir que o grau de eficácia ou a eficiência são muito abaixo do que pretendia atingir o executivo.

As receitas foram inferiores às que estavam orçamentadas em 9.840.396,00€ e as despesas igualmente em 10.481.600,00€, verificando-se que, em relação ao exercício de 2010, o endividamento sofreu um abatimento em cerca de 2.533.856,00€ (1.029.806,49 – Médio e longo prazo e 1.504.049,64 – curto prazo) sendo aqui de enaltecer a opção do executivo que, podendo solver dívidas não disponibilizou a oportunidade noutros meios.

As receitas correntes, em 2011, no valor executado de 12.135.639,44€, superaram as do exercício de 2010 – 11.792.814,64€, bem como as receitas de capital que em 2011 foram executadas no valor de 7.003.964,15€ e as de 2010 não ultrapassaram 5.897.464,11€ donde se conclui que as despesas correntes e de capital em tempo de crise foram maiores em cerca de 1.265.000,00€.

Verificam-se em despesas certas disparidades difíceis de compreender, atendendo ao seguinte:

1 – ETAR´s – recolha de efluentes – previsão de 206.000,00€ e executado 201.600,00€, sabendo-se que o Município paga para a água ser tratada e quem a vende é a sociedade Águas de Trás-os-Montes, assim depreende-se que as ETAR´s, que de futuro se farão em todas as aldeias que circundam a barragem, segundo o acordado com aquela empresa, trarão um dispêndio insuportável ao Município.

2 – Água – abastecimento e controle – previsão de 130.000,00€ e executado 87.762,00€. 3 – Resíduos Sólidos – recolha de tratamento – previsão de 750.000,00€ e executado 585.839,00€.

4 – Protecção do meio ambiente – conservação da natureza – jardins 106.046,00€.

5 – Animação – desporto automóvel – 146.250,00€ para promoção e manutenção e consta ainda no Plano Plurianual mais 138.864,00€ executados.

6 – Saneamento – esgotos domésticos – 104.246,00€. Fizeram-se ramais domiciliários, e conservação de Etar´s e fossas; pararam no tempo. Espero que com os 700.000,00€ das rendas da EDP se comece a investir nas freguesias que foram prejudicadas com a expropriação miserável da HICA, citando como exemplo as freguesias de Viade, Morgade e Negrões e outras como a Vila da Ponte, etc.

Quanto a caminhos agrícolas, ficaram por fazer Solveira/ Serraquinhos, Lamas/ Parabela, Minas de Beça/ Alto Fontão e Fronteira/ Tourém.

Quanto a transferências para diversas entidades, gostaríamos de saber onde é gasto esse dinheiro, já que se dá de qualquer maneira e nunca se viram publicitadas as respectivas contas, a saber: Barrosana – 107.961,00€; Clube Automóvel de Vila Real 72.742,00€, Associação de Produtores de Fumeiro 47.300,00€ e Feira do Fumeiro 75.674,00€, etc.

Quanto a funções económicas também gostaríamos de saber qual a utilidade que se obtém figurando nas opções do Plano e orçamento uma rubrica para o comércio e turismo em 2011 de 41.000,00€ e na conta de gerência a execução é de 0,00€; será que o comércio e o turismo nesta terra não precisam de ajuda? Montalegre 20 de Abril de 2012. Assinado, o deputado Acácio Gonçalves”.

A deputada Ana Isabel Dias entregou o seguinte documento à Mesa: “Na última reunião da Assembleia Municipal trouxe aqui a questão da dívida da câmara para salientar a saúde financeira da autarquia que passou o ano sem dívidas a fornecedores e para dizer que essa realidade prestigia a autarquia e acrescenta prestígio à terra.

E, de forma surpreendente ou não, e porque o jornal do PSD conta tantas anedotas, que os seus responsáveis parece que perderam o sentido da realidade, alguém veio tentar baralhar e desmentir aquilo que aqui foi dito, e que os documentos comprovam e a realidade assegura: "A Câmara de Montalegre passou o ano com dívida zero a todos os fornecedores".

E vão continuando a tentar enganar as pessoas não se dando conta que a folheca de propaganda do PSD não tem servido de grande coisa. Querem denegrir a Câmara, mas os elogios à sua gestão vêm de fora e o apoio popular é cada vez maior; querem ganhar votos, mas tem-nos perdido de eleição para eleição.

Mas lá se vão entretendo a pensar que as mentiras que dizem são verdades ou que convencem alguém... e em abono da verdade se diga que as críticas na boca de alguns, para nós são perfeitos elogios!

Claro que não é propriamente para esclarecer o PSD nem os autores dos artigos, nem sequer a preocupação de que essas notícias tenham chegado a alguém que me fez vir aqui, porque sei que ninguém os leva a sério.

O que eu quero aqui fazer novamente é reforçar o elogio à Câmara Municipal pelo rumo que traçou e mantém nas finanças da autarquia.

Como se vê pelos relatórios e pela conta de gerência, a Câmara reduziu a dívida!

E reduziu a dívida em 2011 tendo realizado uma despesa das mais elevadas de sempre.

Quer isto dizer que a Câmara, mesmo em regime de austeridade, como diz o Sr. Presidente, fez obra, investiu na promoção, na cultura, na educação, na acção social, tanto como nos melhores anos de sempre.

Fez despesa, pagou e ainda arranjou dinheiro de sobra para depositar a prazo!

Ah! Volto a relembrar: e diminuiu a dívida a fornecedores e à banca!

Ora, se isto é bom, porque (segundo alguns) acontece esporadicamente, por casualidade ou oportunidade (se calhar até por distração), melhor é saber que isto não é obra do acaso e temos todas as evidências à nossa frente para sabermos que se trata de uma gestão estruturada e que tem esta exigência como linha mestra da sua acção.

Sr. Presidente e elementos do executivo municipal: Renovo aqui os parabéns à nossa Câmara porque é um orgulho para todos termos uma Câmara com contas em dia, podendo agora acrescentar que a autarquia de Montalegre é um exemplo e que está na linha da frente da rota das boas práticas no que se refere às contas municipais. Assinado, a deputada Ana Isabel Dias."

O Senhor Presidente da Câmara agradeceu a todos funcionários da Câmara, em especial ao Eng.º Álvares Pereira, à Eng.ª Ana Justo e à Dra. Maria José pelo excelente trabalho que desempenharam para que se conseguisse este resultado.

Disse que é normal que haja um empolamento do plano que permite pequenas alterações. Respondeu a algumas questões concretas e disse que algumas observações são incorretas, sem fundamento e nalguns casos mostram uma grande baralhação.

Disse ainda que há análises para todos os gostos, mas o facto é que, e não pode ser negado, a Câmara tem, hoje, um mealheiro de 3 milhões de euros.

Disse que, por sua vontade, não diminuía a despesa de pessoal pois isso significava que havia uma melhor economia no concelho. Não cortava nos vencimentos, nos subsídios de Natal e de férias, como o Governo obrigou a fazer.

Disse que há mais despesas correntes porque se dão mais apoios aos agricultores, aos estagiários, às pessoas, às associações e porque se investe muito na educação, na cultura e na promoção da atividade económica. E para além disso, por muito que custe ao PSD, a Câmara passou o ano a dívida zero a fornecedores.

Deliberação: Aprovada por unanimidade.

4.3 – Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro / Relatório e Contas relativo ao ano económico de 2011.

O senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

A Assembleia tomou conhecimento.

4.4 - Proposta de Alteração ao Regulamento do Conselho Municipal de Juventude, de acordo com a Lei nº 6/2012 de 10 de Fevereiro;

O Senhor Vice - presidente da Câmara informou a Assembleia.

Deliberação: A proposta foi aprovada por unanimidade.

4.5 - Designação de um membro da Assembleia Municipal do cada partido, de acordo com o estabelecido na alínea b) do artigo 4º da Lei nº 6/2012 de 10 de Fevereiro.

A bancada do Partido Socialista designou a deputada Ana Isabel Dias.

A bancada do Partido Social Democrata designou do deputado Pedro Barroso.

A bancada do CDS designou o deputado Acácio Gonçalves.

Deliberação: Foram designados pela Assembleia Municipal para integrar o Conselho Municipal da Juventude os deputados Ana Isabel Dias, pelo PS, Pedro Barroso, pelo PSD e Acácio Gonçalves pelo CDS/PP.

5 – Período após a ordem do dia.

De seguida, o senhor Presidente da Assembleia passou ao período de intervenção do público, informando que a Mesa, para o efeito, não tinha recebido qualquer inscrição para intervir.

Tendo em conta a necessidade de dar cumprimento às deliberações tomadas na presente sessão, foi a minuta lida em voz alta e aprovada por unanimidade, nos termos do n.º 1 do artigo 92º do decreto-lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro.

Nada mais havendo a tratar, o senhor Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrada a sessão.

O Presidente da Assembleia

Joaquim Pires

O 1º Secretário

Manuel Carvalho

O 2º Secretário

Olímpia Vinhas